**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE
PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO ELEITORAL
n.º _____/2020**

***ELEITORAL. POSSÍVEL BURLA À
DESIMCOMPATIBILIZAÇÃO DE
AGENTES PÚBLICOS. MUNICÍPIO DE
VOLTA REDONDA. ANO DE 2020.***

CONSIDERANDO a interpretação dispensada pelo egrégio Tribunal Superior Eleitoral ao artigo 105-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;

CONSIDERANDO que a apuração de fatos de interesse eleitoral de natureza não criminal exige o estabelecimento de requisitos procedimentais mínimos, de modo a assegurar o respeito aos direitos individuais e o desenvolvimento do controle interno;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa do **regime democrático**, nos termos do art. 127, *caput*, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a atuação do Ministério Público, na proteção da **ordem jurídica eleitoral**, é exercida por membros do Ministério Público Federal e dos Estados;

CONSIDERANDO que o art. 78 da Lei Complementar nº 75/93 estabelece que as funções eleitorais, perante os Juízes e Juntas Eleitorais, são exercidas pelos Promotores Eleitorais;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da lisura das eleições, deve atuar preventivamente, contribuindo para evitar atos viciosos da disputa eleitoral e para evitar que se produzam resultados eleitorais ilegítimos;

CONSIDERANDO os prazos para a desincompatibilização previstos no artigo 1º da Lei Complementar nº 64/90;

CONSIDERANDO a Ouvidoria registrada no MPRJ sob o nº 2020.00363297, que relata possível tentativa de burla à desincompatibilização em relação à secretários municipais do Município de Volta Redonda;

RESOLVE o Promotor Eleitoral infra-assinando, na forma do art. 1º da Resolução GPGJ nº 2.331, DE 05 DE MARÇO DE 2020, instaurar o presente **PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO ELEITORAL**, com a finalidade de fiscalizar fatos de interesse eleitoral, determinando, em seguida, a realização das diligências abaixo elencadas:

- 1) Registre-se, colacionando-se esta portaria à frente da fl. 02 do procedimento, e autue-se, sob a seguinte ementa, que deve constar da capa dos autos: **ELEITORAL. POSSÍVEL BURLA À DESINCOMPATIBILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS. MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA. ANO DE 2020;**

- 2) Aponha-se etiqueta na capa dos autos indicando o prazo do procedimento ora instaurado;
- 3) Encaminhe-se cópia da presente portaria ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias Eleitorais, via e-mail.
- 4) Junte-se a folha de rosto da ouvidoria MPRJ 2020.00363297, bem como os anexos ali mencionados;
- 5) Expeça-se ofício ao Município de Volta Redonda, requisitando que, no prazo de 20 (vinte) dias, encaminhe cópia dos atos de exoneração e nomeação de servidores municipais, ocorridos no período de 01/04/2020 a 05/06/2020;

Volta Redonda, 2 de junho de 2020.

Leandro Oliveira da Silva
Promotor Eleitoral